



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## PLANOS DE ENSINO

### DISCIPLINA: H325166 - CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO

CARGA HORÁRIA: 60.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

#### EMENTA

A origem da sociedade; a origem do Estado ; conceito de Estado e Constituição; A problemática do Estado; Estado e globalização; poder e relações de poder; governo e representação política.

#### OBJETIVO

Compreender as noções básicas sobre a fundamentação histórica, teórica e política da Teoria do Estado e da Ciência Política, a partir de uma visão crítica e multidisciplinar que permite a avaliação das principais instituições jurídico-político do Estado Contemporâneo.

#### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

Serve como base para as disciplinas de Direito Constitucional I e II.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A origem da sociedade
2. A origem do Estado
3. Conceito de Estado
4. A problemática do Estado
5. Estado e Constituição
6. Estado e globalização
7. Poder e relações de poder
8. Governo e representação política.

#### METODOLOGIA

Esta disciplina será estruturada em pré-aula, encontro presencial e pós-aula. Na pré-aula, o aluno, antes de ir para a sala de aula, irá se preparar em uma trilha de aprendizagem com introdução, guia de estudo, dica do professor (videoaula) e exercícios sobre os principais assuntos que serão abordados na aula presencial. Os materiais são disponibilizados previamente no AVA Moodle permitindo que o discente desempenhe papel ativo no encontro presencial, interagindo com o professor e a turma de forma fundamentada.

Nos encontros presenciais serão propostas atividades que estimulam a colaboração entre alunos, e a valorização e a humanização da relação professor/aluno, tais como debates sobre os temas



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

abordados na pré-aula, construção de textos, análise da teoria diante da realidade local, regional, nacional e internacional, possibilitando a prática dos conhecimentos adquiridos anteriormente. Serão utilizadas ferramentas que também viabilizem os aprendizados dos alunos por meio de tecnologias digitais.

Na pós-aula, a qual também ocorrerá no AVA Moodle, o objetivo será exercitar e fixar o que se aprendeu durante a pré-aula e o encontro presencial. Para isso, serão disponibilizadas conclusões finais e exercícios de fixação. Desta forma, ocorre um efeito de fechamento da discussão.

## AVALIAÇÃO

O processo avaliativo está dividido em três etapas: as atividades on-line referentes às pré-aulas que compõem 20,0% da nota, as atividades on-line referentes às pós-aulas que compõem outros 20,0% da nota e a avaliação presencial que compõe 60,0% da nota. A avaliação final é realizada presencialmente, aplicada pelo tutor da disciplina, seguindo o período destinado para sua realização, conforme o calendário acadêmico.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Ciencia politica. 22.ed Sao Paulo: MALHEIROS, 2015.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 33.ed Sao Paulo: SARAIVA, 2016.

MALUF, Sahid. Teoria geral do Estado. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547216993>. 33.ed São Paulo: Saraiva, 2016.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria geral do estado. Sao Paulo: ATLAS, 2009.

KELSEN, Hans. O que e justica ?. Sao Paulo: MARTINSFONTES, 1998.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Sao Paulo: MARTINSFONTES, 2009.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. Sao Paulo: MARTINSFONTES, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social e outros escritos. Sao Paulo: CULTRIX, 2001.

ZIPPELIUS, Reinhold. Teoria geral do estado. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502617995>. São Paulo: Saraiva, 2016.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

**DISCIPLINA: H325169 - CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS GERAIS E ESPECÍFICOS APLICADOS AO DIREITO**

CARGA HORÁRIA: 30.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

## EMENTA

Linguagem, língua, sociedade e cultura; norma culta; linguagem informal no ambiente profissional; tópicos de conhecimentos linguísticos considerando ambos os registros; aspectos da oralidade e da escrita voltados à prática profissional; estudo de gêneros textuais relacionados à formação acadêmica específica e à prática profissional futura.

## OBJETIVO

Reconhecer e utilizar adequadamente aspectos da oralidade e da escrita relacionados à formação acadêmica específica e à prática profissional e identificar as implicações de questões socioculturais relacionadas aos usos de linguagem no ambiente profissional.

## RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

A disciplina relaciona-se com as demais que tratam de estruturas da linguagem, bem como daquelas que refletem sobre questões relacionadas à leitura, interpretação e produção de textos.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Linguagem e língua (conceito e características);
2. Linguagem, língua, sociedade e cultura (relações);
3. Oralidade e escrita (conceito e características);
4. Tópicos de conhecimentos linguísticos considerando os registros formal e informal;
5. Aspectos da escrita voltados à prática profissional;
6. Estudo de gêneros textuais relacionados à formação acadêmica e à prática profissional futura.
7. Leitura e interpretação de textos.

## METODOLOGIA

A metodologia consiste em aulas expositivo-dialogadas, trabalho individual e/ou em grupo, seminários, leituras dirigidas e orientadas e comunicações. O processo de ensino-aprendizagem, privilegiado pela disciplina, compõe-se da construção de habilidades e competências, atendendo à



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

vocação da Universidade, no que tange ao seu compromisso com a formação de sujeitos aptos a exercerem sua cidadania.

## AVALIAÇÃO

A avaliação ocorrerá ao longo do desenvolvimento de toda a disciplina, procurando estabelecer relações entre o projetado e o realizado. A nota final será resultado da soma das atividades sejam elas exercícios, seminários, entregas de trabalhos e da prova final. Sendo assim, pode-se afirmar que a disciplina avaliará de forma quantitativa e, também, qualitativa.

Por meio dos exercícios e trabalhos disponibilizados via ambiente virtual de aprendizagem (Google Drive) será possível propor uma avaliação processual, a qual visa observar não somente os resultados, mas também o processo, que constitui parte fundamental do ensino.

Por meio da prova final, será possível medir se os objetivos foram atingidos. A prova poderá ser disponibilizada por meio de ferramentas digitais tais como: Google Forms, Google Classroom e Moodle.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AIUB, Tânia. Português: práticas de leitura e escrita - Série Tekne. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788584290666>. Porto Alegre: Penso, 2015.

KOCH, Ingedore Villaca; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. 3.ed São Paulo: Contexto, 2011.

SOUZA, Luiz Marques de; CARVALHO, Sergio Waldeck de. Compreensão e produção de textos. 18.ed Petrópolis: Vozes, 2014.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.PONTARA, Marcela. Português: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008.

AZEREDO, Jose Carlos de. Fundamentos de gramática do português. 2.ed Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FRANÇA, Ana Shirley (org.). Comunicação empresarial. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522484157>. Disponível em: . São Paulo: Atlas, 2013.

KOCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali; BOFF, Odete Maria Benetti. Estudo e produção de textos : gêneros textuais do relatar, narrar e descrever. Petrópolis: Vozes, 2012.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que e linguística. São Paulo: Brasiliense, 1986.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: 325007 - CRIMINOLOGIA

CARGA HORÁRIA: 30.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

### EMENTA

Conceito, objeto e métodos da Criminologia; criminologia como constelação de saberes; autonomia científica da Criminologia; criminologia e Direito Penal; criminologia e interdisciplinariedade; criminologia contemporânea.

### OBJETIVO

Apresentar a evolução histórica do pensamento científico presente nas diversas diretrizes da Criminologia; propiciar aos alunos a reflexão crítica acerca dos contextos biológicos, sociais e jurídicos nos quais o fenômeno criminal tem lugar; discutir sobre a coculpabilidade social no fenômeno criminoso; refletir sobre os métodos de dissuasão e prevenção dos delitos.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

Relações diretas com os estudos da Sociologia, da Antropologia, das investigações psicológicas e psiquiátricas, bem como elos com o Direito Penal e o Direito Processual Penal.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O fenômeno criminal como objeto de estudo de várias ciências. As características do fenômeno criminal.
2. O nascimento da Criminologia como ciência. Direito Penal e Criminologia. A Ciência do Direito Penal.
3. Conceito, objeto, método e classificação da Criminologia. Contribuições da Criminologia para o Direito Penal.
4. Criminologia, Política Criminal, Penologia, Vitimologia, Medicina Legal, Criminalística e Psiquiatria Forense.
5. Breve história da Criminologia. A Criminologia contemporânea.
6. Manifestações particulares e contemporâneas de criminalidade.

### METODOLOGIA

Aulas expositivas e debates em sala de aula.

### AVALIAÇÃO

Avaliação-parecer em grupos e dois trabalhos individuais.



## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ELBERT, Carlos Alberto; FAYET JUNIOR, Ney (trad). Novo manual basico de criminologia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. Criminologia. 8. ed São Paulo: RT, 2013.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. Manual esquemático de criminologia. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608157/cfi/0!4/4@0.00:40.6>. 9. ed São Paulo: Saraiva, 2019.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANITUA, Gabriel. História dos pensamentos criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BARATTA, Alessandro. Criminologia crítica e crítica do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia, 6ª edição.. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502618428>. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia : o homem delinquente e a sociedade criminogena. Coimbra: COIMBRA, 2013.

FERNANDES, Newton. Criminologia integrada. Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: H100001 - ESPIRITUALIDADE E VIDA

CARGA HORÁRIA: 60.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

### EMENTA

A identidade da UCPel; despertar dos valores cristãos; visão integral do ser humano; diálogo entre a Fé e a Razão; o cuidado com a Casa Comum; espiritualidade como fonte vital; a sacralidade da vida; a fraternidade e o bem comum; ecologia integral e responsabilidade comunitária; amizade social e desempenho profissional.

### OBJETIVO

Conhecer, à luz da fé e da razão, o valor da vida, tendo como fonte a espiritualidade cristã, na busca de consolidar a identidade da UCPel e sua responsabilidade comunitária na construção do bem comum, da fraternidade universal e da paz social.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

Essa disciplina institucional se relaciona com todas as disciplinas da Universidade, uma vez que, aborda a formação integral dos alunos e colaboradores, fundamentada nos valores cristãos que são a marca e a originalidade da UCPel, na sua visão da busca da verdade e do respeito e da defesa da dignidade da vida, o bem mais primordial e sagrado, e do compromisso e responsabilidade social na construção de um mundo justo e solidário, como fundamento de toda convivência humana e do cuidado do planeta, nossa Casa Comum.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O Espírito dá vida
2. Envolver-se na esperança
3. Diálogo entre fé e razão
4. As moções do Espírito
5. Nascer do coração e da sabedoria
6. O amor cotidiano
7. Conhecer-te a ti mesmo
8. Felizes os pobres em Espírito
9. O Verbo da vida
10. O amor tudo vence
11. O valor da consciência
12. O cuidado da casa comum



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

13. Espiritualidade ecológica
14. Anseio de fraternidade
15. Aprender a recomeçar
16. Amabilidade e amizade social

## METODOLOGIA

Os processos de ensino e aprendizagem, privilegiados pela disciplina através do Moodle - ambiente virtual de aprendizagem, contemplam estratégias problematizadoras, tratando os conceitos específicos da área e demais saberes atrelados à formação geral, de forma contextualizada, vinculando-os permanentemente às suas dimensões de aplicação no mundo do trabalho. As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à construção de habilidades e competências, atendendo à vocação da Universidade, no que tange ao seu compromisso com a formação humana integral.

## AVALIAÇÃO

A avaliação, como é compreendida pela disciplina, é processual e diagnóstica, possibilitando, principalmente a partir das atividades realizadas no Moodle, o acompanhamento individual dos(as) estudantes e propostas de ensino e aprendizagem personalizados, com material mediacional on-line. A disciplina utiliza-se de seminários como avaliação presencial, nos quais serão apresentadas aos pares as atividades realizadas junto aos projetos de extensão, bem como as reflexões a partir das atividades.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IGREJA CATOLICA. Carta enciclica Laudato Si' do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulus, 2015.

JOAO PAULO II. Carta enciclica Evangelium Vitae do sumo Pontífice João Paulo II. São Paulo: Paulinas, 1995.

VATICANO. Catecismo da igreja catolica. São Paulo: Loyola, 1993.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOEPERS, Ricardo. Teologia moral no Brasil : um perfil historico. Sao Paulo: SANTUARIO, 2015.

KOENIG, Harold G.. Medicina, religiao e saude :o encontro da ciencia e da espiritualidade. Porto Alegre: L&PM, 2012.

PESSINI, Leo; BARCHIFONTAINE, Christian de P. de. Problemas atuais de bioetica. 11.ed Sao Paulo: LOYOLA, 2014.

PESSINI, Leo. Espiritualidade e arte de cuidar. São Paulo: Paulinas, 2010.

; PESSINI, Leo (org). Buscar sentido e plenitude de vida: bioetica, saude e espiritualidade. Sao Paulo: PAULINAS, 2008.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: H325168 - HERMENÊUTICA JURÍDICA

CARGA HORÁRIA: 60.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

### EMENTA

Hermenêutica e interpretação – características e definições; aplicação ou integração do Direito; escolas jurídicas hermenêuticas;

### OBJETIVO

Correlacionar possíveis soluções jurídicas com situações concretas nas quais vivem os indivíduos e os grupos sociais a partir da reflexão sobre a crescente luta contra um formalismo que preceitua soluções puramente abstratas aos conflitos contemporâneos, resgatando uma postura crítica e humanista na operacionalização do fenômeno jurídico.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

A Hermenêutica Jurídica é uma disciplina que compõe o eixo propedêutico do currículo do curso de Direito. Genericamente, significa a parte da ciência jurídica que tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos que viabilizam a interpretação e a problematização do fenômeno jurídico. Distante de uma definição estritamente formalista (conjunto de métodos e técnicas) pode ser compreendida como uma atividade capaz de direcionar, realizar, produzir, criar, implantar sentidos e significados possíveis aos conflitos sociais. Apesar de ser oferecida no segundo semestre do curso, a disciplina contextualiza e consolida temas que serão abordados nas diversas disciplinas do eixo dogmático, dentre elas: Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Processual Civil, Direito Penal etc.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Hermenêutica e interpretação – características e definições
2. Sofismas ou falácias jurídicas
3. Noções gerais – Hermenêutica Jurídica
4. Sistemas Interpretativos
5. Métodos Tradicionais de Interpretação– elemento Gramatical, Lógico, Histórico, Sistemático e Teleológico
6. Integração e aplicação do direito - analogia e interpretação extensiva - a equidade - princípios gerais do direito
7. Interpretação especificadora, extensiva e restritiva
8. Escolas hermenêuticas clássicas
9. Escolas hermenêuticas contemporâneas



### 10. Hermenêutica Constitucional

#### METODOLOGIA

A metodologia de ensino é concebida com base em uma concepção dialética do conhecimento – método socializado e dialógico. O trabalho educacional é cooperativo, dirigido à elaboração conjunta de um saber que resulta da síntese entre as teorizações da disciplina e a prática cotidiana do estudante. A dinâmica a ser desenvolvida durante o semestre letivo compreenderá diversas atividades e práticas "ativas", como aulas expositivas dialogadas, dinâmicas em grupos, provas escritas, resenhas, exposições orais, exibição de filmes e/ou documentários e elaboração de pareceres a partir das diversas ferramentas digitais disponíveis como a plataforma "google", "padlet", "mentimeter" etc. Poderão ainda ser empregados os seguintes métodos de ensino: diálogo Socrático, método do caso, aprendizagem baseada em problemas, "role-play", vivência etc.

#### AVALIAÇÃO

A dinâmica avaliativa a ser desenvolvida durante o semestre letivo compreenderá diversas atividades e práticas "ativas", como as dinâmicas em grupos, provas escritas, resenhas, exposições orais, discussão e elaboração de resenhas sobre filmes e/ou documentários e elaboração de pareceres a partir das diversas ferramentas digitais disponíveis como a plataforma "google", "padlet", "mentimeter" etc

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCA, R. Limongi;; FRANCA, Antonio de S. Limongi. Hermenêutica jurídica. 13.ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 21.ed Rio de Janeiro: Forense, 2018.

STRECK, Lenio. Hermenêutica jurídica e(m)crise : uma exploração hermenêutica da construção do direito. 11.ed Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Método e hermenêutica material no direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

CAMARGO, Margarida Maria Lacombe. Hermeneutica e argumentacao: uma contribuicao ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo;; TEIXEIRA , Juliana Kraemer Micelli ; DUARTE, Melissa de Freitas. Hermenêutica e argumentação jurídica. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024090/cfi/0!4/4@0.00:63.4>. Porto Alegre: Sagah, 2018.



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA**

HERKENHOFF, Joao Baptista. Como aplicar o direito. 12.ed. Rio de Janeiro: Gen Forense, 2010.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547208141>. 4.ed São Paulo: Saraiva, 2017.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: H325167 - INTRODUÇÃO AO DIREITO

CARGA HORÁRIA: 60.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

### EMENTA

Conceitos e fundamentos gerais do fenômeno jurídico; ciência jurídica; valor fundamental da Justiça e relações entre o Direito e o Estado.

### OBJETIVO

Compreender o fenômeno jurídico em suas múltiplas dimensões

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

Serve de base para Introdução ao Direito II e, pelo seu caráter geral, também apresenta-se como fundamental às demais disciplinas do curso.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Observações preliminares acerca do vocábulo “Direito”
2. Observações sobre o Fenômeno Jurídico
3. O Direito e as demais ordens normativas
4. As fontes do Direito
5. Direito e Estado
6. Justiça

### METODOLOGIA

A metodologia de ensino é concebida com base em uma concepção dialética do conhecimento – método socializado e dialógico. O trabalho educacional é cooperativo, dirigido à elaboração conjunta de um saber que resulta da síntese entre as teorizações da disciplina e a prática cotidiana do estudante. A dinâmica a ser desenvolvida durante o semestre letivo compreenderá diversas atividades e práticas "ativas", como aulas expositivas dialogadas, dinâmicas em grupos, provas escritas, resenhas, exposições orais, exibição de filmes e/ou documentários e elaboração de pareceres a partir das diversas ferramentas digitais disponíveis como a plataforma "google", "padlet", "mentimeter" etc. Poderão ainda ser empregados os seguintes métodos de ensino: diálogo Socrático, método do caso, aprendizagem baseada em problemas, “role-play”, vivência etc.

### AValiação

A dinâmica avaliativa a ser desenvolvida durante o semestre letivo compreenderá diversas atividades



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

e práticas "ativas", como as dinâmicas em grupos, provas escritas, resenhas, exposições orais, discussão e elaboração de resenhas sobre filmes e/ou documentários e elaboração de pareceres a partir das diversas ferramentas digitais disponíveis como a plataforma "google", "padlet", "mentimeter" etc.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERRAZ Jr., Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597014051>. 10. ed Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 37.ed Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito. 11.ed São Paulo: SARAIVA, 2013.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. Teoria geral do direito. São Paulo: MARTINSFONTES, 2010.

DINIZ, Maria Helena. Compendio de introdução a ciência do direito. 23.ed São Paulo: SARAIVA, 2012.

MASCARO, Alysson Leandro. Introdução ao estudo do direito. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597018677>. 6. ed Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788502136847>. 27. ed São Paulo: Saraiva, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico. 7.ed São Paulo: SARAIVA, 2009.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

**DISCIPLINA: H325165 - OFICINA DE PRÁTICA JURÍDICA**

CARGA HORÁRIA: 30.00

ANO/PERÍODO: 2021/1

## EMENTA

Organização do sistema brasileiro de justiça; as profissões jurídicas.

## OBJETIVO

Ao final da componente o aluno deverá ser capaz de conhecer o funcionamento do sistema de justiça brasileiro e identificar as profissões jurídicas existentes, compreendendo como se dá a realização e acesso à justiça no Brasil.

Compreender as ações extensionistas como um processo educativo, cultural e científico, articulando ensino e pesquisa de forma indissociável com os interesses da sociedade, preconizadas no Regimento da UCPel.

## RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

A disciplina será uma introdução prática a vários conteúdos posteriormente estudados, especialmente as componentes de Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Processual do Trabalho e Processo Constitucional. A disciplina vincula-se ao projeto de extensão Direito na Rua, trazendo as demandas jurídicas da comunidade para produção do conhecimento dentro da sala de aula.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Organização do sistema brasileiro de Justiça
2. O papel do Ministério Público;
3. O papel das Defensorias Públicas.
4. As profissões jurídicas no Brasil
  - 4.1 Advocacia
  - 4.2 Magistratura
  - 4.3 Promotoria da Justiça
  - 4.4 As carreiras policiais
  - 4.5 Procuradorias
  - 4.6 As novas profissões jurídicas
5. A escrita jurídica, estilo, processo, termos jurídicos, navegação em sites jurídicos, capacidade argumentativa.
6. Ética profissional.
7. Vivências acadêmicas, simulações de atendimentos e triagens, acompanhamento de audiências,



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

8. Perspectivas do direito atual: conciliação, cooperação, CEJUSC.
9. O direito na perspectiva da mídia.
10. Provas lícitas e sua aplicação prática.
11. Atuação administrativa.
12. Preparação para OAB e concurso.

## METODOLOGIA

O desenvolvimento da componente será baseado nas demandas trazidas pelo projeto de extensão Direito na Rua, atrelada à linha temática “Justiça: Cidadania, Inclusão e Direitos”. Assim, o estudo do conteúdo programático partirá de casos práticos para a compreensão da teoria, por meio de relatos de problemas jurídicos concretos experimentados na rotina da extensão, e acompanhamento de resolução de demandas. Das trinta horas reservadas à disciplina serão reservadas 20 horas à curricularização da extensão.

## AVALIAÇÃO

A avaliação será formativa, com base nos trabalhos desenvolvidos pelos alunos durante todo o semestre, analisando-se especialmente a participação ativa, o engajamento e a autonomia do discente.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPPELLETTI, Mauro;; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2002.

LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e criminal . Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520464212/cfi/0!/4/2@100:0.00>. 32.ed Barueri: Manole, 2020.

SILVEIRA, Ricardo Geraldo Rezende. Acesso à justiça. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584935390/cfi/0!/4/4@0.00:18.9>. São Paulo: Almedina, 2020.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Guilherme Assis de;; CHRISTMANN, Martha Ochsenhofer. Ética e direito: uma perspectiva integrada. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522467150/cfi/0!/4/4@0.00:23.2>. 3.ed São Paulo: Atlas, 2009.

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no direito do consumidor. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026368/cfi/6/2!/4/2/2@0:29.5>. 2.ed São Paulo: Atlas, 2021.



## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

COMPARATO, Fábio Konder. Rumo à justiça. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502178588/cfi/0!/4/4@0.00:66.4>. 2.ed São Paulo: Saraiva, 2013.

HENRIQUES, Antonio. Prática da linguagem jurídica: solução de dificuldades, expressões latinas. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466740/cfi/0!/4/4@0.00:38.0>. 5.ed São Paulo: Atlas, 2010.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. Do xadrez à cortesia : Dworkin e a teoria do direito contemporânea .Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502208711/cfi/0!/4/4@0.00:0.00>. São Paulo: Saraiva, 2013.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

CÓDIGO: H325172

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA: 60 horas

### EMENTA:

Sociologia: origem e desafios históricos e contemporâneos; Noções fundamentais da Sociologia: processos básicos de interação social (cooperação e competição), conflito, controle social, mudança social; Teorias sociológicas clássicas: o materialismo histórico de Karl Marx, o funcionalismo de Emile Durkheim, a sociologia compreensiva de Max Weber; O Direito nas teorias sociológicas clássicas; Noções fundamentais para a Sociologia Jurídica: a codificação, as normatividades, as sanções, a problemática da legitimidade; Direito e pluralismo jurídico; o Direito Estatal em suas dinâmicas na sociedade contemporânea; Direito e mudança social (limites e possibilidades); Acesso à justiça.

### OBJETIVO GERAL

Com base no conhecimento contextualizado da Sociologia e suas noções fundamentais, bem como dos aportes das teorias sociológicas clássicas e seus desdobramentos contemporâneos, promover o estudo, compreensão, análise e operacionalização do Direito e das normatividades jurídicas como fenômenos sociais correlacionados com as sociedades. Aprofundar a reflexão sobre a temática da legitimidade do conteúdo do Direito Positivado, bem como aprofundar o estudo sobre as relações sociais no Direito e no acesso à Justiça. Promover o desenvolvimento de uma compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, produzindo uma consciência por parte do discente acerca dos problemas do seu tempo e do seu espaço.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O conhecimento sociológico geral e jurídico é transversal a todos os demais ramos do Direito, disciplinas e atividades de ensino-aprendizagem presentes na estrutura curricular.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1 - Sociologia: origem e desafios históricos e contemporâneos
  - 1.1 – Emergência e consolidação da Sociologia no contexto das transições dos Séculos XVIII e XIX;
  - 1.2 – Transições da modernidade nos séculos XX e XXI: desafios contemporâneos para a Sociologia.
- 2 – Noções fundamentais da Sociologia:
  - 2.1 – Processos básicos de interação social (cooperação e competição);
  - 2.2 – Conflito;
  - 2.3 – Controle social;



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

2.4 – Mudança social.

3 – Teorias sociológicas clássicas:

3.1 – O materialismo histórico de Karl Marx: premissas, trabalho e modo de produção, estrutura social e classes, economia capitalista e alienação;

3.2 – O funcionalismo de Emile Durkheim: o fato social e o método sociológico, solidariedade mecânica e orgânica, análise do suicídio e anomia;

3.3 – A sociologia compreensiva de Max Weber: a objetividade do conhecimento sociológico, os tipos ideais, ação social, tipologia da dominação legítima, burocracia e racionalidade.

4 – O Direito nas teorias sociológicas clássicas

5 – Noções fundamentais para a Sociologia Jurídica:

5.1 – A codificação;

5.2 – As normatividades;

5.3 – As sanções;

5.4 – A problemática da legitimidade.

6 – Direito e pluralismo jurídico

7 – O Direito Estatal em suas dinâmicas na sociedade contemporânea

8 – Direito e mudança social (limites e possibilidades)

9 – Acesso à justiça.

METODOLOGIA (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

AVALIAÇÃO (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (três obras)

FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimyr Lombardo (orgs.). Curso de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Elsevier.

SABADEL, Ana Lucia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do Direito. São Paulo: RT.

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Petrópolis: Vozes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (cinco obras)

ARNAUD, André-Jean. DULCE, María José Farinas. Introdução à Análise Sociológica dos Sistemas Jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar.

LOCHE, Adriana. et alii. Sociologia Jurídica. Porto Alegre: Síntese.

NOVOA MONREAL, Eduardo. O direito como obstáculo à transformação social. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA**

ROSA, Felipe Augusto de Miranda. Sociologia do Direito: O fenômeno jurídico como fato social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SOUTO, Cláudio. FALCÃO, Joaquim (orgs). Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira.

PERIÓDICOS (dois periódicos)

Civitas (PUC-RS) - <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas>

Tempo Social (USP) - <https://www.revistas.usp.br/ts/index>



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA : DIREITO CONSTITUCIONAL I

CÓDIGO: H325174

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS

### EMENTA:

Conceito e princípios do Direito Constitucional; formação constitucional do Brasil; a Constituinte e a Constituição de 1988; constitucionalismo; poder constituinte; mutações constitucionais; normas constitucionais; interpretação constitucional; fundamentos do controle de constitucionalidade; organização do Estado Federal Brasileiro; processo legislativo; defesa do Estado e das instituições democráticas.

### OBJETIVO GERAL

Ao final do componente curricular o aluno deverá ser capaz de reconhecer e utilizar os elementos de doutrina, jurisprudência e legislação componentes da técnica jurídica do Direito Constitucional brasileiro.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O direito constitucional é merecedor de uma atenção multifacetada. Ele complementa o conteúdo da disciplina de Ciência Política, Estado e Constituição e fundamenta os conteúdos de todas as demais disciplinas do curso de Direito, tendo em vista sua sofisticação teórica e meta-teórica, cada vez mais notória. Assim, os vários temas da Constituição e do direito constitucional servem de ponto de partida para a compreensão sólida das demais áreas do direito.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1 Relações do Direito Constitucional com outros ramos do Direito
- 1.2 Conceito de Direito Constitucional
- 1.3 Objeto do Direito Constitucional
- 1.4 Conteúdo científico do Direito Constitucional
- 1.5 Conceito e evolução do constitucionalismo e o neoconstitucionalismo

#### 2. FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO BRASIL

- 2.1 Fase colonial
- 2.2 Fase monárquica
- 2.3 Fase republicana
- 2.4 A Constituição de 1988



**3. CONSTITUIÇÃO E SISTEMA CONSTITUCIONAL**

3.1 Conceito de Constituição

3.2 Estrutura orgânica e elementos da Constituição

3.3 Concepções sobre as Constituições

3.4 Classificação das Constituições

**4. PODER CONSTITUINTE**

4.1 Noções preliminares

4.2 Espécies de poder constituinte

4.3 Diferença entre mutações constitucionais e reformas constitucionais

4.4 Limites à reforma constitucional

4.5 Recepção, reconstituição e desconstitucionalização

**5. INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL**

5.1 Princípios x regras

5.2 Métodos de interpretação

5.2 Princípios da interpretação constitucional

5.3 Limites da interpretação constitucional

**6. AS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

6.1 Natureza das normas constitucionais

6.2 Estrutura das normas constitucionais

6.3 Eficácia social e eficácia jurídica

6.4 Distinção das normas em razão de sua eficácia (plena, contida ou limitada)

6.5 As normas programáticas

**7. FUNDAMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

7.1 Inconstitucionalidades;

7.2 Sistema de controle de constitucionalidade;

7.3 Critérios e modos de exercício do controle jurisdicional

7.4 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade

7.5 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade

**8. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO FEDERAL BRASILEIRO**

8.1 Teoria do federalismo (origem histórica, conceito, tipos).

8.2 Características do Estado Federal brasileiro.

8.3 Sistema de repartição de competências na Constituição Federal de 1988: princípios e critérios.

8.4 Competências da União, dos Estados-Membros, do Distrito Federal e dos Municípios.

8.5 Intervenção federal nos Estados-Membros e no Distrito Federal.

8.6 Intervenção dos Estados-Membros nos Municípios.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## 9. PROCESSO LEGISLATIVO

9.1 Conceito e noções gerais

9.2 Processo Legislativo Ordinário

Fase Instrutória

Fase Constitutiva

Fase Complementar

9.3 Espécies Normativas

Emendas Constitucionais

Lei Complementar

Medidas provisórias

Lei Delegada

Decreto legislativo

Resolução

Tratados internacionais

## 10. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

10.1 Estado de Defesa.

10.2 Estado de Sítio.

10.3 Segurança Pública

**METODOLOGIA** (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

O ensino privilegiará estratégias que envolvam o aluno e o comprometam diretamente com seu processo de aprendizagem, reconhecendo-o como construtor do próprio conhecimento. A prática contínua do diálogo pedagógico gerará as oportunidades de aprendizagem. Para tanto, serão realizadas aulas expositivo-dialogadas, trabalhos individuais e em grupo, leituras de temas referentes à disciplina, leitura e análise da Constituição Federal, doutrina e jurisprudência.

**AVALIAÇÃO** (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

Serão realizadas provas e trabalhos avaliativos.

As provas serão sem consulta. Os acadêmicos somente poderão consultar a Constituição Federal não comentada na forma impressa. Os trabalhos terão como enfoque o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

A avaliação ocorrerá ao longo do desenvolvimento de toda a disciplina, procurando estabelecer relações entre o projetado e o realizado. A nota final será resultado da soma das atividades realizadas e da prova final.

Sendo assim, pode-se afirmar que a disciplina avaliará de forma quantitativa e, também, qualitativa.



## UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA (três obras)

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 23. ed São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611171/cfi/0!4/2@100:0.00>.

MORAES, Guilherme Peña de. Curso de direito constitucional. 9. ed Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011678>.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2015.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (cinco obras)

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8. ed São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553610112/cfi/0!4/4@0.00:2.06>.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.

HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991.

MITIDIERO, Daniel;; SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de direito constitucional. 2. ed São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011302>.

### PERIÓDICOS:

- REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS (2359-5639)
- REVISTA ELETRÔNICA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO (2177-8256)



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

**DISCIPLINA: DIREITO PENAL I: INTRODUÇÃO, PRINCÍPIOS, TEORIA DA NORMAS E APLICAÇÃO PELOS TRIBUNAIS.**

CÓDIGO: H325173

ANO/PERÍODO: 2021/2.

CARGA HORÁRIA: 60 HORAS.

EMENTA:

Conceito, características, funções e princípios fundamentais do Direito Penal; a norma penal.

OBJETIVO GERAL:

Compreender a estrutura sistemática do Código Penal, da legislação penal especial e do Direito Penal como ciência, desenvolvendo as características básicas e os princípios que norteiam referido ramo do ordenamento jurídico, mediante o emprego de mecanismos interpretativos, da doutrina e da jurisprudência, bem como da análise da estrutura da norma penal e das formas de se solucionar os conflitos temporais e espaciais quando das suas incidências nos casos concretos.

RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM:

No programa da disciplina consta ponto referente à posição do Direito Penal no ordenamento jurídico como um todo e suas relações com os demais ramos do Direito em que são desenvolvidos tópicos que permitem ao aluno compreender a presença de institutos e temas que são disciplinados em mais de uma esfera do sistema jurídico. São produzidos elos com o Direito Constitucional, no que tange à existência dos princípios fundamentais do ordenamento jurídico punitivo; com o Direito Processual Penal, tendo em vista a necessidade de se instaurar um processo, com a observância das garantias fundamentais, para poder ser aplicada a sanção penal; com o Direito Civil, para que se possa compreender o conteúdo de algumas normas penais em branco e pelos efeitos indenizatórios que a condenação criminal acarreta; com o Direito Administrativo, pela circunstância de existirem delitos que são cometidos por funcionários públicos, dentre outras relações com os demais setores do Direito. Afora isso, são desenvolvidas considerações de vínculos do Direito Penal com a Sociologia Criminal, a Criminologia, a Psicologia Criminal e Psiquiatria Forense para que se possa compreender, com maior amplitude, o complexo fenômeno delinquencial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1- CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, FUNÇÕES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL:

1.1- Apresentação geral do Código Penal Brasileiro e das leis especiais. A história do Direito Penal no Brasil.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

- 1.2- Determinações prévias. A Enciclopédia das Ciências Penais. As ciências auxiliares do Direito Penal.
  - 1.3- Ordenamento jurídico e ordenamento jurídico-penal. Relações do Direito Penal com os demais ramos do Direito.
  - 1.4- Denominação: Direito Penal ou Direito Criminal.
  - 1.5- Conceito de Direito Penal.
  - 1.6- As sanções penais: penas e medidas de segurança – características, espécies e destinatários.
  - 1.7- Teorias da pena: as Escolas Penais.
  - 1.8- Caracteres do Direito Penal.
  - 1.9- Direito Penal Objetivo (jus poenale) e Direito Penal Subjetivo (jus puniendi); Direito Penal substantivo (material) e Direito Penal Adjetivo (formal); Direito Penal Fundamental e Direito Penal Complementar; Direito Penal Comum e Direito Penal Especial.
  - 1.10- Princípios fundamentais do Direito Penal.
- 2- NORMA PENAL:
- 2.1- Espécies de normas penais e características.
  - 2.2- Fontes do Direito Penal: material e formal.
  - 2.3- Analogia e interpretação analógica.
  - 2.4- A lei penal no tempo.
  - 2.5- A lei penal no espaço.
  - 2.6- A lei penal em relação às pessoas.
  - 2.7- Conflito aparente de normas penais.

## METODOLOGIA:

Aulas expositivas, com análise de casos, debates, bem como exame de doutrina e de jurisprudência, com a adoção de metodologias ativas conciliáveis com a matéria.

## AVALIAÇÃO :

Uma avaliação individual e dois trabalhos individuais de formato teórico e jurisprudencial, com o emprego de metodologias ativas, conciliáveis com a disciplina.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Volume 1. São Paulo: Saraiva.
- JESUS, Damásio de, ESTEFAM, André (atualizador). Direito Penal. Parte Geral. Volume 1. São Paulo: Saraiva.
- MASSON, Cléber. Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Método.



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA**

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BUSATO, Paulo Cesar. Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Atlas.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Volume 1. São Paulo: Saraiva.
- JUNQUEIRA, Gustavo, VANZOLINI, Patrícia. Manual de Direito Penal. Parte Geral. São Paulo: Saraiva.
- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Curso de Direito Penal. Parte Geral. Volume 1. São Paulo: Saraiva.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal. Volume 1. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense.

### PERIÓDICOS:

- Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. São Paulo: IBCCRIM.
- Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal. São Paulo: Editora Síntese.



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA

CÓDIGO: 200177

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA: 30H

### EMENTA:

Ciência e conhecimento científico; Métodos científicos; Pesquisa científica; Pesquisa envolvendo seres humanos; Abordagens quantitativa e qualitativa; Elaboração de relatórios e textos científicos; Normas da ABNT.

### OBJETIVO GERAL:

Desenvolver as bases do pensamento científico e suas interfaces com a pesquisa, possibilitando o conhecimento e a identificação dos tipos de pesquisa e as metodologias aplicadas.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Relaciona-se com todas as disciplinas do curso, tendo em vista que é necessária a compreensão do que é saber científico e o reconhecimento da importância da pesquisa científica para a formação do(a) futuro(a) profissional enquanto pesquisador(a). Contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas para sua atuação no mundo do trabalho, baseadas em evidências científicas.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Ciência e Conhecimento Científico 2. Métodos Científicos 3. Princípios da Ética em Pesquisas envolvendo os seres humanos; 4. Abordagens Quantitativa e Qualitativa de pesquisa 5. Fontes de pesquisa e busca de publicações científicas 6. Elaboração de relatórios e textos científicos 7. Organização de Referências.

### METODOLOGIA (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

Os processos de ensino e aprendizagem, privilegiados pela disciplina, contemplam estratégias problematizadoras, tratando os conceitos específicos da área e demais saberes atrelados à formação geral, de forma contextualizada, vinculando-os permanentemente às suas dimensões de aplicação no mundo do trabalho. As metodologias adotadas conjugam-se, portanto, à construção de habilidades e competências, atendendo à vocação da Universidade, no que tange ao seu compromisso com a formação humana.

### AValiação (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

A avaliação, como é compreendida pela disciplina, é processual e diagnóstica, possibilitando,



principalmente a partir das atividades realizadas no Moodle – Ambiente Virtual de Aprendizagem – o acompanhamento individual dos(as) estudantes e propostas de ensino e aprendizagem personalizados, com material mediacional on-line. A disciplina utiliza-se também da prova como instrumento de avaliação, essa por sua vez, podendo ser realizada com ou sem consulta e com peso sete (6,0).

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA (três obras)

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para concursos de direito. 14ª edição. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788547204143>. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522477562>. São Paulo: Grupo GEN, 2013.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597011760>. 9.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (cinco obras)

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentação de metodologia científica. 3. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. Planejamento da pesquisa científica. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522495351>. 2. ed São Paulo: Atlas, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522490271>. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Pedro António dos; KIENEN, Nádia; CASTIÑEIRA, Maria Inés. Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522494156>. São Paulo: Atlas, 2015.

### PERIÓDICOS (dois periódicos)

REVISTA DIREITO GV. 2020. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/publicacoes/revista/revista-direito-gv>

REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito>



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: PSICOLOGIA JURÍDICA

CÓDIGO H325176

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA 30 H

### EMENTA:

Noções introdutórias em Psicologia e Direito. Fundamentos, fontes e métodos da Psicologia Jurídica nas principais abordagens psicológicas contempladas nos seguintes eixos do direito: direito privado, direito corporativo, direito criminal, direito público.

### OBJETIVO GERAL

Compreender a atuação da psicologia jurídica como dispositivo para a compreensão dos sujeitos. Estabelecer discussões interdisciplinares entre a Psicologia e o Direito. Desenvolver a reflexão e crítica sobre as pretensões a respeito da dimensão humana.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Mantém relação transversal com as demais disciplinas do curso e serve de base para a compreensão dos sujeitos. Complementa os conteúdos abordados em disciplinas como Sociologia Jurídica, Direitos Humanos, Criminologia, Direito Penal, Direito privado (em especial no Direito de Família), Direito corporativo e direito público.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução à psicologia jurídica

1.1. Aspectos históricos

1.2. Conceitos

1.3. Áreas de atuação

2. O sujeito e a modernidade

2.1. O sujeito do direito e os contrapontos com as subjetividades

3. Psicologia e o Direito Privado: Perícias, avaliação e produção de um laudo técnico que servirá de fundamento para a decisão judicial.

3.1. Casamento e separação

3.2. Filhos: disputa de guarda (tipos e regulamentação)

3.3. Síndrome de Alienação Parental

3.4. Adoção (contextos contemporâneos).

4. Psicologia e o Direito criminal:

4.1 Saúde mental e transtorno mental (sofrimento psíquico)

4.2. O transgressor, o infrator e o delinquente. Violência nas diversas formas.



4.3. Psicologia e Direito Penal

5.0 Psicologia e o Direito Cooperativo:

5.1. Relações trabalhistas

5.2. Relação de subordinação e poder.

5.3. Assédio no trabalho: moral, psicológico.

6.0. Psicologia e o Direito Público –

6.1. Administração pública –

6.2. Perfil psicológico do servidor público –

6.3. Comportamento e personalidade na administração pública.

7.0. Aspectos psicológicos dos métodos de solução de conflito – entre a lógica adversarial e a mediação de conflitos

7.1. Arbitragem

7.2. Negociação

7.3. Conciliação

7.4. Mediação

METODOLOGIA (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

AVALIAÇÃO (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (três obras)

FIORELLI, José Osmir. Psicologia Jurídica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MIRA Y LÓPEZ, Emílio. Manual de psicologia jurídica. Tradução e notas de Ricardo Rodrigues Gama. 2ª ed. Campinas: LZN, 2005.

FIORÉ, Umberto. Manual de psicologia judiciária. 2.ed. Sorocaba: Minelli Ltda, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (cinco obras)

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). Psicologia jurídica no Brasil: . 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro. 3. Rio de Janeiro Forense 2016.

ROVINSKI, S.L.R. Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor, 2007.

FOUCAULT, m. Vigiar e Punir. Petrópolis. Vozes. 1986.

PINHEIRO, Carla. Manual de Psicologia Jurídica. 5ª Edição. 2019.

PERIÓDICOS (dois periódicos)

Sousa, A.; Brito, L. (2011). Síndrome de alienação



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA**

parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira.

Psicologia Ciência e Profissão, vol.31, no.2, Brasília, p.  
268-283.

Torraca de Brito, L. M. (2012). Anotações sobre a  
Psicologia jurídica. Psicologia Ciência e Profissão.

32, 194-205. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf>



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

CÓDIGO H325178

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA: 30H

### EMENTA:

Conceitos básicos de Economia, de direito de propriedade, de direito contratual, de responsabilidade civil e de criminalidade; aplicações da análise econômica do Direito (AED); interface entre economia e Direito.

### OBJETIVO GERAL:

Ao final da componente o aluno deverá compreender as relações entre Direito e Economia bem como as bases teóricas que fundamentam a “Análise Econômica do Direito” (Law and Economics), assim como sua aplicação a diversos aspectos do direito.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM:

Relaciona-se de forma transversal com as demais disciplinas do curso e serve de base para a compreensão do Direito, bem como sua análise e intervenção, como fenômeno associado às dimensões econômicas da sociedade.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. A Teoria Econômica e o Direito

##### 1.1 Introdução

##### 1.2 Conceitos Econômicos: generalidades

##### 1.2.1 Economia

##### 1.2.2 Ciência Econômica

##### 1.2.3 Objeto da Ciência Econômica

##### 1.3 O fenômeno econômico e as leis econômicas

##### 1.4 A eficiência econômica

##### 1.5 As leis básicas de uma Economia de Mercado

##### 1.5.1 A Teoria do Consumidor

##### I - A Reta Orçamentaria

##### II - O equilíbrio do consumidor e as curvas Renda-Consumo e Preço-Consumo

##### III - A curva de Demanda

##### 1.5.2 A Teoria da Produção

##### I - A Curva de Oferta



II - Ponto de Equilíbrio - Oferta – Demanda

1.6 A Organização do Mercado

1.6.1 Mercados de Concorrência Perfeita

1.6.2 Monopólio Puro

1.6.3 Concorrência Monopolística

1.6.4 Mercados de Oligopólio

2. A Law and Economics aplicada ao Direito:

1.1 Análise Econômica da Propriedade; (Direitos, Obrigações, Função Social, Eficiência);

1.2 Análise Econômica dos contratos; (Teoria do Incumprimento Ótimo);

1.3 Análise Econômica da Responsabilidade Civil (Teoria da Compensação dos danos causados);

1.4 Análise Econômica da Criminalidade

**METODOLOGIA** (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

O ensino privilegiará estratégias que envolvam o aluno e o comprometam diretamente com seu processo de aprendizagem, reconhecendo-o como construtor do próprio conhecimento. A prática contínua do diálogo pedagógico gerará as oportunidades de aprendizagem. Para tanto, serão realizadas aulas expositivo-dialogadas, trabalhos individuais e em grupo e leituras de temas referentes à disciplina.

**AVALIAÇÃO** (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

Serão realizadas provas e trabalhos avaliativos.

As provas serão sem consulta. Os trabalhos terão como enfoque o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

A avaliação ocorrerá ao longo do desenvolvimento de toda a disciplina, procurando estabelecer relações entre o projetado e o realizado. A nota final será resultado da soma das atividades realizadas e da prova final.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA** (três obras)

ARAUJO, Fernando. Análise Económica do Direito – Programa e Guia de Estudo. Coimbra, Almedina, 2008.

COOTER, Robert e ULEN, Thomas S. Direito & Economia. Trad. Luís Marcos Sander e Francisco Araújo da Costa. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ROSSETTI, José Paschoal, Introdução à Economia. 21 ed. rev., atual. ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR** (cinco obras)

ARMANDO CASTELAR PINHEIRO. 2006. DIREITO, ECONOMIA E MERCADOS. SÃO PAULO: CAMPUS



## **UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA**

RODRIGUES, Vasco. Análise Econômica do Direito – Uma Introdução. Coimbra: Almedina, 2007

TIMM, Luciano, Direito e Economia. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval e GARCIA, Manuel Enriquez, Fundamentos de Economia. 6 ed São Paulo: Saraiva, 2018.

ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. Direito & Economia - Análise Econômica do Direito e das Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

PERIÓDICOS (dois periódicos)

Universidade Católica de Brasília / Revista de Análise Econômica do Direito (Economic Analysis of Law Review)

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ Revista de Direito Econômico e Socioambiental



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: HISTÓRIA DO DIREITO

CÓDIGO: H325175

ANO/PERÍODO: 2021/2

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

### EMENTA:

Origem social do Direito; diversidade dos Direitos Positivos anteriores a Roma; Direito Romano; Direito na Europa Medieval; grandes famílias do moderno Direito ocidental; o Direito no Brasil.

### OBJETIVO GERAL

Ao final da componente os alunos deverão conhecer a evolução histórica do nosso sistema jurídico a partir da análise de sistemas jurídicos primitivos, ocidentais e não ocidentais.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Serve como base para o estudo de todos os demais componentes curriculares do curso, uma vez que aborda a evolução histórica dos principais institutos do direito privado e do direito público brasileiros.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

#### 1. ORIGEM SOCIAL DO DIREITO

- 1.1 Diferentes concepções acerca da origem do Direito
- 1.2 O costume e as principais fontes do Direito
- 1.3 O Direito dos povos sem escrita

#### 2. A DIVERSIDADE DOS DIREITOS POSITIVOS ANTERIORES A ROMA

- 2.1 Os tradicionais sistemas jurídicos não europeus
- 2.2 O Direito grego

#### 3. O DIREITO ROMANO

- 3.1 Evolução sócio-econômica e política de Roma: a Realeza, a República e o Império.
- 3.2 O Direito no período da Realeza
- 3.3 O Direito na República
- 3.4 O Direito no Império

#### 4. O DIREITO NA EUROPA MEDIEVAL

- 4.1 O Direito Canônico
- 4.2 O Direito dos povos germânicos – sobrevivência do direito romano
- 4.3 O Direito Feudal dos fins da Idade Média
- 4.4 O renascimento do Direito Romano nas universidades europeias

#### 5. AS GRANDES FAMÍLIAS DO MODERNO DIREITO OCIDENTAL



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

5.1 Os grandes romanistas – a formação de um direito erudito comum a Europa

5.2 O Common Law

5.3 Os sistemas jurídicos de tendência comunista

6. O DIREITO NO BRASIL

6.1 O Direito no Brasil Colônia

6.2 O Direito no Brasil-Reino

6.3 O Direito no Brasil Império

6.4 O Direito no Brasil República

METODOLOGIA (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

AVALIAÇÃO (para as disciplinas on-line e híbridas será usado texto padrão do NUPED)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (três obras)

BAGNOLI, Vicente; BARBOSA, Susana Mesquita; OLIVEIRA, Cristina. Introdução à história do direito. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em:

[Http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488261?q=bagnoli](http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522488261?q=bagnoli).

MARCOS, Rui. História do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em:

[Http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5565-6?q=marcos%2c+rui](http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5565-6?q=marcos%2c+rui).

NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 37.ed Rio de Janeiro: Forense, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (cinco obras)

CRETTELA JUNIOR, José. Curso de direito romano. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GILISSEN, John. Introdução histórica do direito. Lisboa: Fundacao Calouste GulbenKian, 2003.

LOPES, José R.L.; QUEIROZ, Rafael R; ACCA, Thiago Santos. Curso de história do direito. 3.ed São Paulo: Método, 2013. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5099-6/cfi/6/2!/4/2/2@0.00:0.0733>.

NASCIMENTO, Walter Vieira. Lições de história do direito. 8 ed Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. A História do direito no Brasil. 7 ed Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em:

<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5154-2?q=wolkmer>.

PERIÓDICOS (dois periódicos)

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA & CIÊNCIAS SOCIAIS. Disponível em <https://www.rbhcs.com/rbhcs/issue/view/761/showToc>

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DO DIREITO. Disponível em <https://indexlaw.org/index.php/historiadireito>



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## DISCIPLINA: ARGUMENTAÇÃO E REDAÇÃO JURÍDICA

CÓDIGO: H325179

CARGA HORÁRIA: 30

PERÍODO: 2021/2

### EMENTA

Direito e argumentação, retórica e argumentação tópica e raciocínio jurídico, linguagem jurídica, prática no texto extrajudicial.

### OBJETIVO

Proporcionar aos/as estudantes conhecimentos relacionados às peculiaridades do discurso jurídico, para desenvolvimento de domínios da linguagem, específica dos textos relacionados à prática judicial, inicialmente, para desenvolvimento de conhecimentos sobre expressões técnico-jurídicas, mas também para proporcionar contatos com peças práticas judiciais e extrajudiciais, no sentido de estimular o exercício da expressão escrita e oral, bem como para a qualificação da fala ao público.

### RELAÇÕES COM OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A disciplina apresenta relação com totalidade das disciplinas do currículo da graduação, eis que os problemas implicados pela argumentação e redação jurídicas subjazem todo o campo teórico e prático do Direito. Possível destacar, no entanto, vinculação peculiar com a Filosofia do Direito e a Hermenêutica Jurídica, sob o ponto de vista das categorias centrais da interpretação e expressão, como também em relação ao estágio de prática jurídica, a partir do desenvolvimento de conteúdos e atividades relacionadas aos documentos técnico-jurídicos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Espécies de silogismos e de justificação da argumentação jurídica.
2. Retórica e argumentação.
  - 2.1. A velha retórica.
    - 2.1.1 A retórica na Grécia.
    - 2.1.2 A retórica em Roma.
    - 2.1.3 A retórica medieval
  - 2.2. A nova retórica.
  - 2.3. Espécies de argumentos baseados na lógica, na realidade histórica, nas dimensões psicológica, deontológica, axiológica, econômica.
3. Tópica e raciocínio jurídico.
  - 3.1. Contexto de emergência da tópica jurídica.
  - 3.2. Concepção tópica do raciocínio jurídico em Theodor Viehweg.



- 3.3. Tópica e jurisprudência, tópica e justiça.
- 3.4. Tópica caráter descritivo e caráter prescritivo.
4. Linguagem jurídica prática no texto extrajudicial. 4.1. Discursos extrajudiciais.
  - 4.2. Notificação extrajudicial.
  - 4.3. Requerimento extrajudicial.
  - 4.4. Parecer jurídico.
  - 4.5. Procuração extrajudicial.

### METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste plano de ensino, à luz das diretrizes da Universidade Católica de Pelotas, a metodologia é pautada no estímulo ao protagonismo do/a estudante para o desenvolvimento dos conhecimentos em construção. Aulas expositivas e dialogadas, realização de seminários e apresentação oral de resenhas críticas, segundo os cânones tradicionais da disciplina e textos previamente selecionados, bem como a produção de textos teóricos experimentais, documentos técnicos judiciais e extrajudiciais e peças processuais hipotéticas, de modo a proporcionar a interlocução entre teoria e prática. A organização da disciplina foi pensada de modo a propiciar momentos síncronos e assíncronos de aprendizagem. Os momentos síncronos acontecerão por meio de ferramenta de webconferência (Google Meet) nos horários previamente estabelecidos; para estes momentos são reservadas as práticas de exposição de conteúdos e, também, as discussões em pequenos e grandes grupos. As atividades assíncronas acontecerão com apoio das ferramentas disponíveis na internet, em geral, bem como no Minha Biblioteca

### AValiação

A avaliação será formal para fins de diagnóstico e acompanhamento da turma, dividindo-se em duas partes. A primeira parte será proveniente da realização de trabalho de pesquisa bibliográfica referente às temáticas relacionadas ao campo da argumentação jurídica, o qual deverá ser apresentado oralmente, ou entregue sob forma escrita, conforme decisão democrática em sala de aula; a proposta terá peso 10 (Dez) e objetiva expor a evolução dos/as estudantes na interpretação de textos e composição de argumentos. A segunda parte da avaliação se dará por meio da elaboração de documentos técnicos judiciais e extrajudiciais, bem como pela produção de peças processuais escritas e sustentações orais realizadas durante o semestre letivo hipotéticas, visando encontrar o aprimoramento do repertório conceitual, em termos de intimidade com a escrita e a fala segundo as peculiaridades do discurso jurídico em sentido amplo e da redação técnica em sentido estrito; o peso da avaliação será 10 (Dez).



# UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Seção de Documentação e Registro Acadêmico – SDRA

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATIENZA, Manuel. As razões do direito - Teoria da argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5571-7/>

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Direito, retórica e argumentação. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522494446/pageid/0>

MONTEBRUNN, Nitish, M. Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502626553/>

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORREA, Leda. Direito e argumentação. Barueri: Manole, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520446492/>

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

SAMPAIO, F.J. T. Argumentação jurídica. Barueri: Manole, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451267/>

TRUBILHANO, Fabio HENRIQUES, Antonio. Linguagem jurídica e argumentação. Rio de Janeiro: Grup GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021349/>

VALVERDE, A.M. Linguagem e argumentação jurídica. Rio de Janeiro: Grup GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991487>

Pelotas, 07 de junho de 2022.

Grazielle Griep de Lima

Coordenadora Acadêmica

**Seção de Documentação e Registro Acadêmico**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS**